

5

O descompasso entre a política lingüística oficial e a realidade dos municípios fluminenses: Rio de Janeiro, Macaé, Resende

A cidade é o único lugar em que se pode contemplar o mundo com a esperança de produzir um futuro (Milton Santos, geógrafo, em entrevista à Folha de São Paulo, 02/02/2001).

5.1

Introdução

Os dados estatísticos mais recentes levantados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em 2005, evidenciaram que dos 207 mil estabelecimentos escolares existentes na educação básica, 53,4% estão localizados na zona urbana, com 86,4% do total das matrículas registradas em 2005. Já na zona rural, registram-se 46,6% dos estabelecimentos com 13,6% das matrículas. Essa distribuição de estabelecimentos e matrículas por localização urbana e rural, reflete não só o grau de urbanização do Brasil, como também aponta a importância das escolas em áreas urbanas em relação à quantidade de matrículas, principalmente na oferta do Ensino Médio, Profissional e da Educação Especial.

Um outro estudo, este desenvolvido pelo Instituto de Política Econômica e Aplicada (IPEA), intitulado “Brasil – O estado de uma Nação”, mostra que a exclusão social ainda é uma marca no sistema educacional brasileiro. De acordo com este estudo, em relação aos estudantes que entram no ensino fundamental 84% concluem a 4ª série e 57% terminam todo o ensino fundamental. No ensino médio, apenas 37% perfazem este ciclo. O estudo destaca que a exclusão atinge a população com menos

recursos. Na primeira série do ensino fundamental, cerca de dois terços dos estudantes vêm de segmentos mais pobres da população. No ensino superior, menos de 5% têm essa origem. O IPEA destaca a importância em se investir em um ensino de qualidade, sobretudo de nível básico, e a expansão do ensino médio. Quanto ao ensino superior, observa-se, de acordo com este estudo, um aumento da população universitária: de 1,4 milhão em 1980 para 4,2 milhões em 2005. Esta expansão ocorreu principalmente no setor privado. O mesmo estudo destaca ainda que em comparação aos dados relativos às décadas de 80 e 90, houve um aumento no tempo de permanência da criança na escola.

Esses dados nos remetem à importância dessa população de estudantes como alvo potencial para a difusão do ensino de línguas estrangeiras. Veremos que para que isto ocorra é necessário um grande empenho de diferentes setores da sociedade para quebrar uma espécie de tradição em agir apenas em um centro. Quando mencionamos que 53% dos estabelecimentos escolares encontram-se em área urbana, é preciso considerar aí, no caso do município do Rio de Janeiro, as grandes áreas metropolitanas em torno do centro (capital). Neste capítulo, veremos as bases da organização dos municípios para entendermos o efeito/predomínio da centralidade no acesso ao ensino de línguas.

5.2

Origem dos municípios como unidades administrativas

O município compreende uma divisão territorial de função, principalmente, administrativa. Tem origem no *municipium* romano e no *conventus vicinorum* (assembleia de vizinhos) germânico. Originalmente, o município brasileiro, ao contrário do português, beneficiou-se de grande autonomia, tendo em vista a distância entre a metrópole e a colônia, o quase

isolamento em que muitos ficaram, com relação ao Governo Geral, e a necessidade de medidas imediatas para a solução de questões locais.

O aparecimento de um município decorria de fatores variados, por exemplo, a prosperidade econômica, o aumento demográfico, a estratégia de defesa e a ocupação do território, além de interesses políticos. Sua criação dava-se geralmente por decisão da autoridade central. O município era a base do sistema territorial se distribuíram durante muito tempo ao longo do litoral (a exceção é acordada a São Paulo), esta tendência só seria revertida com a descoberta de ouro na região de em Minas Gerais (Claval, 2004, p.44).

No entanto, há exemplos de iniciativas de moradores de determinados núcleos populacionais para a instalação do pelourinho e da igreja, marcos da criação da vila, isto é, da emancipação municipal. A administração ficava a cargo da Câmara Municipal, sediada na vila ou na cidade. Às Câmaras Municipais concorriam apenas os homens "bons" (os que dispunham de posse ou poder), isto é, os proprietários rurais. O voto não era direito de todos, mas sim dos homens "bons", o que permite concluir que a base do municipalismo no Brasil foi a propriedade rural, uma vez que a base econômica da colônia eram as atividades agrárias. Só muito mais tarde, a partir do século XVIII, os proprietários rurais passaram a competir com a classe dos comerciantes e burgueses citadinos, que lhes faziam oposição e reivindicavam também o direito de concorrerem às eleições das Câmaras Municipais.

Durante os dois primeiros séculos da colonização, as Câmaras Municipais desempenharam funções administrativas e judiciárias. Já desde fins do século XVII a Coroa passara a nomear para as Câmaras o juiz-de-fora em substituição ao juiz ordinário. No Rio de Janeiro, a Câmara premiada com o primeiro juiz-de-fora foi a da cidade do Rio de Janeiro.

No Império, a Constituição de 1824 garantia a cada cidadão (o homem livre) o direito de intervir na busca de soluções para os problemas da municipalidade a que pertencia. No entanto, na prática, isto não aconteceu, pois a forte centralização que caracterizou o regime imperial esvaziou a ação das Câmaras Municipais, ficando os municípios à mercê das determinações dos Presidentes das Províncias, figuras de confiança do governo central. O exercício das funções municipais, segundo a Constituição de 1824, deveria ser regulamentado por uma lei ordinária, determinação esta concretizada a 1º de outubro de 1828, com a lei de reestruturação das Câmaras Municipais. Essa legislação, embora estimulasse o desenvolvimento dos orçamentos locais, desconsiderou, na administração municipal, a presença de uma autoridade executiva e retirou dos municípios suas atribuições jurídicas. Tais disposições marcam um retrocesso na evolução do municipalismo brasileiro.

Na Regência, o Código do Processo Penal (1832) aumentou a autoridade do juiz de paz, de eleição local, que passou a ser a terceira autoridade, depois da Regência e dos Ministros. Os municípios ganharam, então, importância, readquirindo uma parte do poder político desfrutado anteriormente à independência. O poder local saiu fortalecido com o Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834, através do qual os federalistas conseguiram que não mais o governo central, mas sim as Assembléias Provinciais ficassem com a tarefa de resolver tudo o que dissesse respeito aos interesses locais. Correntes contrárias à descentralização conseguiram aprovar, em 1840, a Lei de Interpretação, retirando das Províncias o poder de legislar sobre a economia e a política municipais, embora lhes possibilitasse decidir sobre a criação de novos municípios. Muitos se utilizaram deste meio para atender interesses políticos diversos, criando-se municípios sem renda suficiente para desempenhar suas funções. Assim

surgiram, no século XIX, inúmeros municípios fluminenses, ao lado dos que se emanciparam com o progresso decorrente da economia cafeeira.

Na Monarquia, os municípios não tiveram consolidada a sua autonomia política. O poder continuou submetido às ambições pessoais dos chefes políticos locais, sem a preocupação com a solução dos problemas de interesse comum da municipalidade. O poder local era representado pela figura do "coronel", chefe político de um ou mais municípios, cuja origem se liga à Guarda Nacional (instituição de que faziam parte, como chefes, na patente de coronéis, os grandes proprietários rurais, fiéis à monarquia, e que desempenhou importante papel na preservação da soberania imperial sobre o território nacional) e cuja existência perdurou mesmo depois de proclamada a República.

Na República, os municípios continuaram como instrumentos a serviço dos políticos interessados nos governos dos Estados, principalmente no período anterior a 1930. Muitos consideram ter sido a República responsável pela "desvitalização do município", uma vez que permaneceu o centralismo do Império. Deodoro chegou a autorizar os governadores dos Estados a dissolver as Câmaras Municipais. No seu governo e no de Floriano Peixoto, situacionistas e oposicionistas travaram acirradas disputas no cenário político do Rio de Janeiro, o que concorreu para, em pequeno espaço de tempo, inúmeras emancipações, algumas das quais anuladas logo em seguida.

5.3

O Estado do Rio de Janeiro

Superfície: 43.864,5 Km (0,52.% do território brasileiro).
População (2002): 14,92 hab (92% urbana).
Capital: Rio de Janeiro.
Setor primário: 0,6%
Setor secundário: 29,3%
Setor terciário: 70,1%

Quadro 1: Dados socioeconômicos do Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Fundação CIDE (2005)

O território brasileiro, refletindo os dispositivos constitucionais que disciplinam a Federação, é dividido em um Distrito Federal e vinte e seis Estados-membros, dentre os quais está o **Estado do Rio de Janeiro** (Figura 1). As terras que hoje constituem o território do Estado do Rio de Janeiro fizeram parte de diversas Capitanias Hereditárias (mais tarde reunidas numa Capitania Real), subdivididas paulatinamente em termos, o mesmo que municípios.

O Estado do Rio de Janeiro divide-se em municípios – ao todo noventa e dois. Os municípios constituem, pelo artigo 343, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, “...unidades territoriais que integram a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotados de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição da República”.



Figura 1 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro mostrando as principais cidades das regiões de governo. Em destaque, as cidades abordadas neste estudo. Fonte: Fundação CIDE (2005)

Os inúmeros núcleos de povoamento, cujas localizações relacionam-se à estratégia colonial portuguesa de controle e ocupação do espaço, a partir de pontos-chave, tanto do litoral quanto do interior, constituíram os embriões dos primeiros municípios do atual Estado. Elevados à condição de vilas, e até cidades, tiveram sob sua jurisdição amplas extensões do espaço fluminense, compreendendo grandes blocos territoriais, posteriormente desmembrados.

O Estado do Rio de Janeiro sediou no município do Rio a capital do Brasil Império e mesmo depois da proclamação da República, em 1889, continuou a exercer esta função. Com esta nova forma de governo, a Província do Rio de Janeiro passou a denominar-se Estado. Ao mesmo tempo, mudava-se o nome do Município Neutro para Distrito Federal, permanecendo como tal até 1960, quando se transformou em mais um

Estado da Federação - o da Guanabara, em decorrência da mudança da capital do país para Brasília

O Estado do Rio de Janeiro resulta da fusão de dois Estados-Guanabara e Rio de Janeiro, determinada pela Lei Complementar nº 20, de 01/07/1974 e concretizada a 15/03/1975, quando tomou posse seu primeiro governador. Em decorrência desta fusão, o Estado da Guanabara foi transformado em município, passando a cidade do Rio de Janeiro a ser a capital do novo Estado, enquanto a Niterói, capital do antigo Estado do Rio de Janeiro, atribuiu-se a condição de sede municipal.

O Estado faz parte do que Santos (2005, p. 269) chama de Região Concentrada, os demais estados dessa Região são Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esta Região se caracteriza pela implantação do meio técnico-científico-informacional sobre um meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações em razão de uma importante urbanização, de uma vida comercial mais intensa. Nesta Região, observamos atividades ligadas à globalização que produzem novas formas de serviços, e que demandam geralmente uma especialização técnica, científica, artística.

Do ponto de vista econômico, desde a liberalização do setor de exploração de petróleo e de gás em 1999, a atividade de exploração atraiu mais de trinta companhias estrangeiras que operam principalmente na região da bacia de Campos. O desenvolvimento desta atividade beneficiou outros setores econômicos (naval, petroquímico, imobiliário). O Estado do Rio de Janeiro é também o maior pólo na área das telecomunicações, quatro das principais operadoras de telefonia fixa e móvel estão sediadas no Estado: - Oi-Telemar, Embratel (e Star One), Intelig et TIM. Além disso, o Estado do Rio é também sede de um dos maiores centros midiáticos do país, as

Organizações Globo. A indústria cultural representa 3,8% do PIB do Estado, através da produção de filmes, novelas, teatro, jornais, etc.

As principais empresas francesas instaladas no Estado do Rio encontra-se na tabela (Tabela3) abaixo:

EMPRESA	SETOR
Alcatel	Telecomunicações
Air Liquide	Indústria química
Areva	Indústria nuclear
Axa Seguros Brasil	Seguradora
BioMérieux	Saúde
Bureau Veritas	Auditoria
CGG	Petróleo
Club Med Tourisme	Turismo
EDF	Energia elétrica
Essilor Lunettes,	Ótica
Ingerop	Engenharia
Laboratoires Servier	Indústria farmacêutica
Lafarge (Cimento Mauá)	Cimento
L'Oreal	Cosméticos
Michelin	Pneus
Pernod Ricard	Bebidas
Peugeot Citroën	Indústria automobilística
Saint Gobain	Metalúrgica
Technip	Petróleo
Thales	Eletrônica
Total	Petróleo
Turbomeca	Aeronáutica

Tabela 3: Empresas francesas no Estado do Rio de Janeiro. Há também a presença de grandes empresas francesas do setor terciário: Casino, Carrefour, FNAC, Leroy Merlin e Accor (Fonte: Câmara de Comércio França-Brasil <http://www.ccfb.com.br>).

5.4

Divisão regional do Estado do Rio de Janeiro

Os 92 municípios fluminenses se repartem administrativamente em oito Regiões de Governo (Figura 2). Os municípios abordados neste estudo encontram-se nas regiões Metropolitana (Rio de Janeiro), Norte Fluminense (Macaé) e Médio Paraíba (Resende).

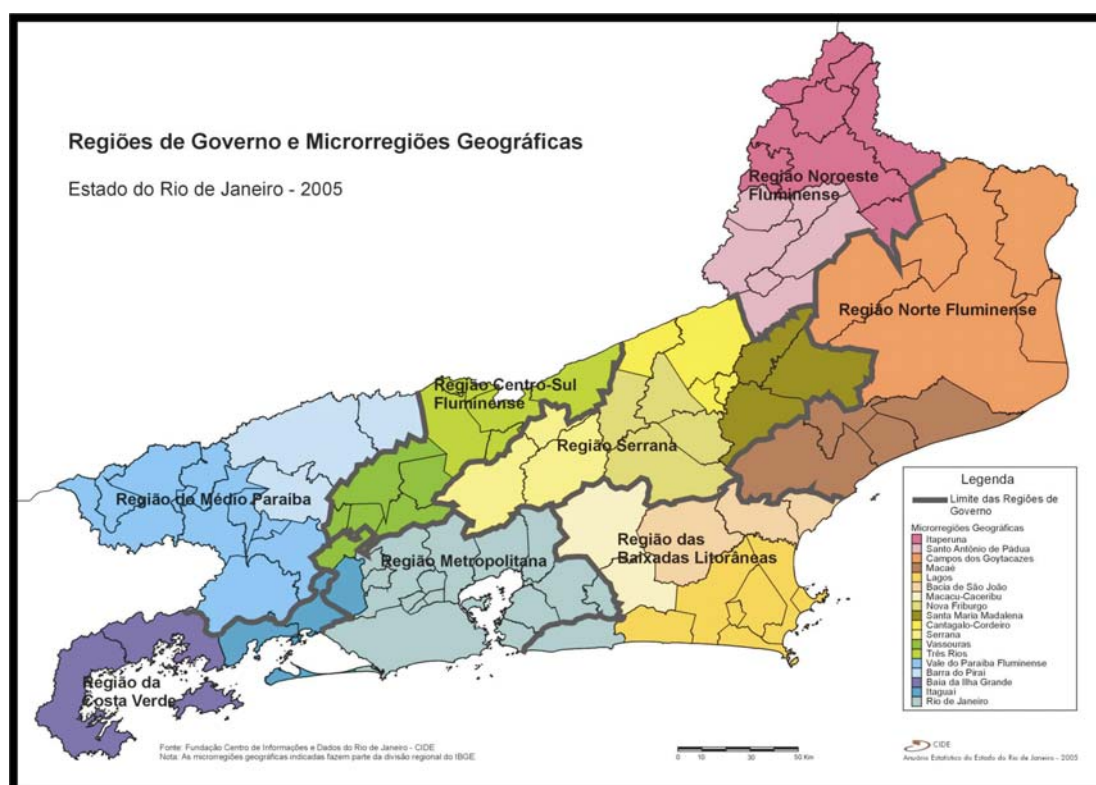


Figura 2 – Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Nesses municípios encontramos a seguinte distribuição educacional relacionada ao ensino fundamental (EF) e ensino médio (EM):

Município	População	Número de escolas				Estudantes do ensino fundamental (escola pública)	Estudantes do ensino fundamental (escola privada)	Estudantes do ensino médio (escola pública)	Estudantes do ensino médio (escola privada)
		Pública		Privada					
		EF	EM	EF	EM				
Rio de Janeiro.	6.094.183	1099	307	1.157	372	639.729	209.509	246.717	62.881
Macaé	156.410	84	15	21	9	23.766	4.327	7.444	1.536
Resende	117.416	50	10	15	6	17.501	2.840	4.995	806

Tabela 4- Número de escolas em 2004.Fonte: IBGE

5.5

Rio de Janeiro: “*cidade maravilha purgatório da beleza e do caos*”.

O município do Rio de Janeiro (capital do Estado do Rio de Janeiro) está localizado na Região Metropolitana do Estado, tendo em seu entorno outros municípios de grande importância econômica e demográfica (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, etc). Esta região congrega 74/% da população de todo o Estado. Este perfil permite que tenhamos a noção da importância do ensino de línguas no município, embora esta importância ainda não se traduza em políticas para que isto ocorra.

Desde sua fundação até os dias de hoje, a cidade tem tido várias funções, a de defesa, a de porto, a função comercial; a função administrativa; a função política, tendo sido palco de grandes acontecimentos históricos como o movimento que preparou a Independência do Brasil e depois a sua consolidação, a Abolição da Escravidão, a Proclamação da República, a passeata dos Cem Mil, em protesto contra a ditadura militar em 1968, a manifestação que levou um milhão de cariocas à Candelária (1984), pelas eleições diretas para presidente da República; a função industrial quando, pela introdução da eletricidade, a instalação de indústrias começou a transformar o panorama da cidade; a função cultural em razão da presença de grandes centros de pesquisa, universidades, teatros, bibliotecas, museus, e finalmente a função turística.

No início do século XX, o Rio de Janeiro, então capital do Brasil, enfrentava graves problemas sociais em razão de seu crescimento rápido e desordenado. Como fim do trabalho escravo, a cidade recebia uma grande quantidade de imigrantes europeus e ex-escravos atraídos pelas oportunidades de trabalho, o que fez com que a população duplicasse em número de habitantes no período entre 1872 e 1890.

O aumento populacional e da pobreza agravaram a crise habitacional no Rio cujo epicentro localizava-se no centro da cidade, na região da Cidade Velha e adjacências. Tratada como questão nacional, o plano de reforma urbana, elaborado por Pereira Passos, sustentou-se no tripé saneamento – abertura de ruas – embelezamento, tendo por finalidade última atrair capitais estrangeiros para o país. Ruas mais largas estimulariam igualmente a adoção de um padrão arquitetônico considerado mais digno de uma cidade-capital. O governo federal e a prefeitura municipal assumiram os gastos da reforma.

De inspiração francesa, este plano de reforma urbana promoveu uma intensa valorização do solo urbano da área central, excluindo a população de baixa renda que ali se concentrava. Esta população sobrevivia de trabalhos informais, sem renda fixa, e por isso morar nos bairros localizados no subúrbio da cidade não constituía uma alternativa (e o governo também não apresentava um plano para esta parcela da população). De fato, os habitantes encontraram nas habitações coletivas que se disseminaram nas áreas adjacentes ao centro (Saúde, Gamboa e Cidade Nova) a alternativa para o problema habitacional e dando origem a uma nova modalidade de habitação: a favela¹.

A reforma da capital constituiu uma ruptura no processo de urbanização do Rio de Janeiro, a "cidade colonial" cedeu lugar, de forma

¹ Em fins de 1905, uma comissão nomeada pelo governo federal para examinar o problema das habitações populares constatou que as demolições de prédios ultrapassavam todas as expectativas, forçando a população a "ter a vida errante dos vagabundos e, o que é pior, a ser tida como tal". Este relatório fazia referência ao Morro da Favella (atual Providência) – "pujante aldeia de casebres e choças, no coração mesmo da capital da República, a dois passos da Grande Avenida" – que emprestaria seu nome ao, até hoje, mais destacado ícone da segregação social no espaço urbano da cidade. O morro da Favella foi ocupado primeiramente por ex-combatentes da Guerra de Canudos; a origem do nome a este morro pode estar relacionada à mesma vegetação que cobria o morro da Favella do município de Monte Santo, na Bahia, palco de resistência ao avanço dos soldados da República sobre o arraial de Canudos (Biblioteca virtual Osvaldo Cruz, www2.prossiga.br/ocruz/principal.htm).

definitiva à "cidade burguesa", moderna, do século XX, que tinha como parâmetros as metrópoles européias. Em novembro de 1906, quando Rodrigues Alves Passou a faixa presidencial a Afonso Pena, o Rio – remodelado e saneado – já era apresentado como "a cidade mais linda do mundo", a "cidade maravilhosa".

5.5.1

Ensino de línguas estrangeiras no município do Rio de Janeiro

Ao analisar a versão lingüística da globalização Calvet (2002a, p.156) afirma que, em um momento ou outro, somos confrontados com escolhas lingüísticas, como em um mercado, e um exemplo dessa confrontação em uma situação escolar é a escolha de uma escola bilíngüe (e da língua) em que o filho vai estudar. No Rio de Janeiro e nos demais municípios da Região Metropolitana do Estado, nos municípios de Resende e de Macaé, essa escolha é concedida a uma parcela reduzida da população, mesmo que um grupo maior compartilhe a uma representação lingüística semelhante a respeito das línguas. Para aqueles que seguem os estudos em uma escola pública o leque de escolhas limita-se ao aprendizado do inglês e do espanhol.

Uma outra opção para o aprendizado de uma língua estrangeira encontra-se nos cursos de idiomas. Neste caso também encontramos outro fator que pode restringir a escolha pelo aprendizado de uma língua estrangeira, além do tipo de escola (pública ou privada). Trata-se da localização dos cursos: na área metropolitana do Rio de Janeiro, os cursos "oficiais" de idiomas, ou seja, aqueles que têm de uma forma ou outra apoio dos governos que representam, estão localizados majoritariamente na capital do município (Rio de Janeiro). E mesmo na capital, estes cursos localizam-se em áreas onde se concentra a população com maior poder aquisitivo. Dessa

forma, à parte o problema dos custos relativos aos preços dos cursos, a distância é sem dúvida um obstáculo para alguém que habita fora das regiões da capital com alto índice de desenvolvimento humano (IDH).

A exceção é acordada aos cursos de inglês que se expandiram para outros municípios, como podemos observar na tabela abaixo:

<i>Cursos/língua</i>	<i>Número de cursos</i>
Aliança Francesa (francês) (1885)	Rio de Janeiro (7), Nova Friburgo (1); Niterói (1), São Gonçalo(1), Macaé (1), Resende (1).
Cultura Inglesa (inglês) (1934)	Rio de Janeiro (26); Campos (1); Macaé (1); Niterói (4); Duque de Caxias (1); Nova Iguaçu (1); Petrópolis (1), São Gonçalo (1); Teresópolis (1); Três Rios (1).
IBEU (inglês) (1931)	Rio de Janeiro (15) Macaé (1)
Goethe – Instituto (alemão)	Rio de Janeiro (1)
Instituto Cultural Germânico (alemão) (1995)	Niterói (1)
Instituto Cervantes (espanhol) (1991)	Rio de Janeiro (1)
Instituto Italiano de Cultura (italiano) (1930)	Rio de Janeiro (1)

Tabela 5 – Cursos de línguas no Estado do Rio de Janeiro

Observamos em relação à localização dos cursos e das escolas bilíngües a idéia desenvolvida por Jean Baudrillard (1972, apud Bulot, 2002) ao discutir a ordem retórica pequeno-burguesa e desenvolver uma abordagem espacial baseada em duas dicotomias que se complementam; a **saturação e a redundância** para mostrar a acumulação em um determinado espaço ao mesmo tempo em que se desenvolve uma marcação de pertencimento a uma classe, e a segunda dicotomia, **simetria e hierarquia**, ao se reportar a uma organização horizontal que serve de base para uma centralidade e para uma ordenação vertical que explicaria a hierarquização social.

No caso do município do Rio, a redundância e a saturação explicitam-se no fato de que as escolas e os principais cursos de idiomas encontram-se em uma mesma região (centro, zona sul da cidade). Da mesma forma, o conceito de simetria e hierarquia se caracteriza pela não irradiação da oferta desse tipo de ensino para regiões mais afastadas do centro de poder. Este fato pode ser comprovado principalmente pela distribuição preferencial das filiais da Aliança Francesa em regiões com elevado IDH (Figura 3).

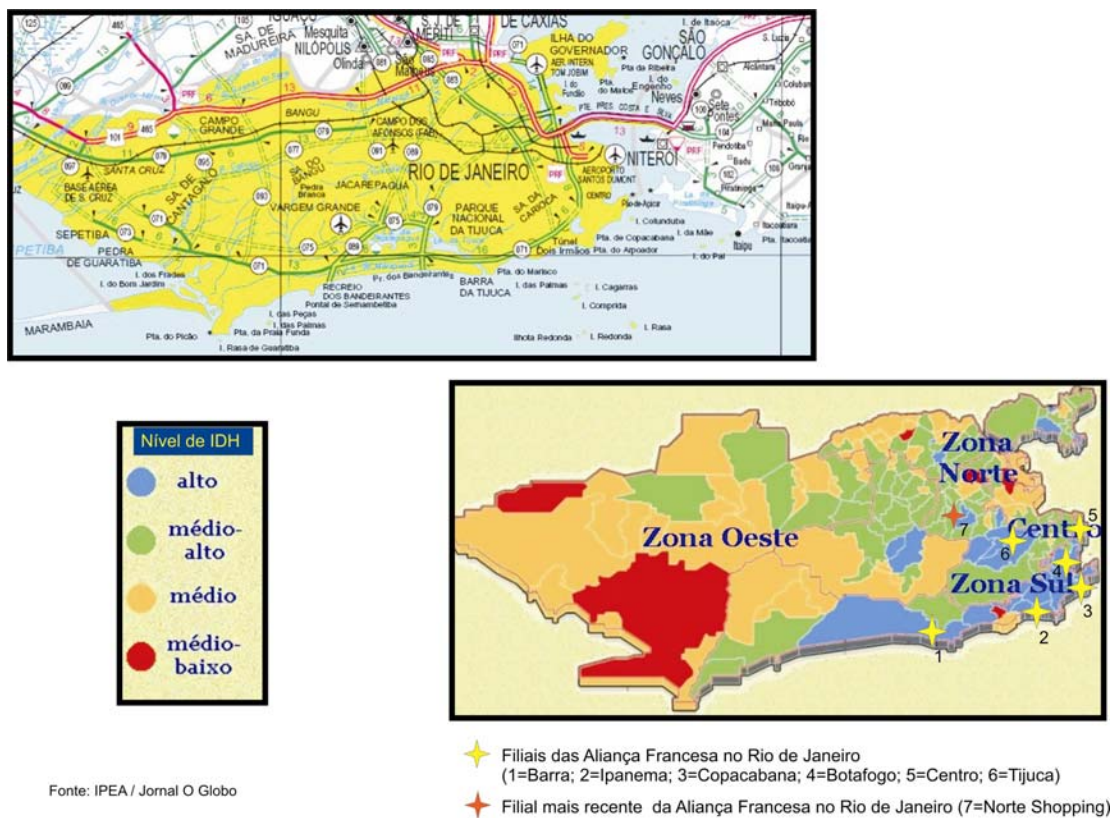


Figura 3 – Localização das filiais da Aliança Francesa nas regiões com maiores índices de desenvolvimento humano (IDH) da cidade do Rio de Janeiro.

A razão desta concentração pode ser explicada pela história política do município do Rio de Janeiro: uma história marcada pela representação do poder central; as desigualdades que encontramos neste espaço remontam a sua formação como espaço político-administrativo.

5.6

Resende: pólo do desenvolvimento do Médio Paraíba

Resende representa o mais jovem núcleo da divisão regional do estado, possui uma população estimada em 2005 de 117.416 habitantes, distribuída em 1.114 km .

Situado no Médio Paraíba fluminense, o município foi criado somente em 1801. A criação da cidade está intimamente vinculada ao movimento de idas e vindas de paulistas e mineiros entre a região aurífera e o vale do Paraíba, o que favoreceu o desenvolvimento da pecuária local. Posteriormente, beneficiou-se do explosivo movimento cafeeiro. A região na qual encontra-se este município está localizada entre os três mais importantes pólos de desenvolvimento econômico e social do país- São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A distância entre Resende e as principais metrópoles é a seguinte: Rio de Janeiro: 164 km; São Paulo: 265 Km; Belo Horizonte: 474 km .

Este município faz parte de uma malha urbana que inclui ainda os municípios de Porto Real, Piraí, Barra Mansa e Volta Redonda. Nesta região se localizam novos e importantes centros de formação da força de trabalho, como o Instituto Politécnico da UERJ (Resende).

O município possui 61 estabelecimentos públicos e 16 particulares de ensino fundamental e médio, 3 escolas profissionalizantes (SENAI, SENAC e

SESI), 3 Universidades - uma do Estado e duas participantes. Situa-se no município a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), além de grandes indústrias como a Volkswagen e a Peugeot, que fazem parte do pólo metal-mecânico e a Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que é responsável pelo enriquecimento de urânio. A região é marcada pela presença de muitas empresas, inclusive francesas, tendo um dos maiores valores de Produto Interno Bruto do Estado (PIB) (Fig. 04). Resende ocupa a 85ª posição dos melhores PIBs do Brasil. De acordo com o IBGE, Resende teve uma participação de 0,17% da riqueza produzida no país.

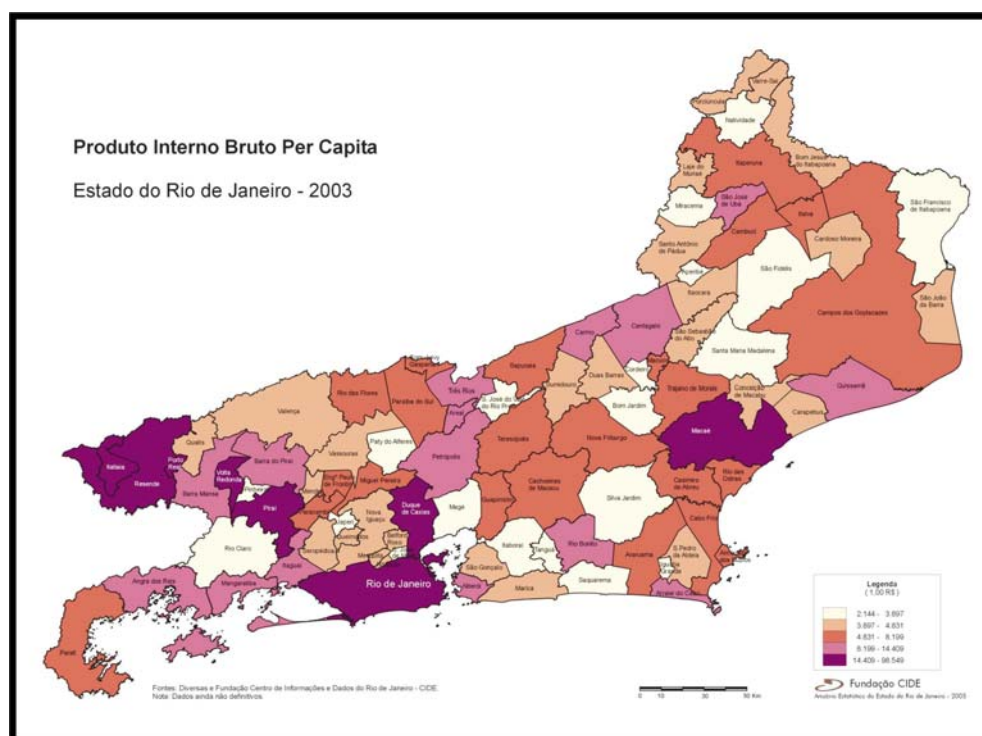


Figura 4 – Distribuição do produto Interno Bruto no Estado do Rio de Janeiro.
Fonte; Fundação CIDE (2005).

O município vizinho de Porto Real está entre os dez municípios que tem o maior PIB (Produto Interno Bruto) per capita do Brasil. Isso se deve às indústrias que se instalaram em Porto Real nos últimos anos como, por exemplo, a montadora Peugeot Citröen, além da Coca-Cola há mais tempo localizada na região. Entretanto, o PIB não está ligado ao Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH). Em uma pesquisa do IPEA divulgada em 2004 sobre o IDH, referente ao ano de 2002, mostra que Porto Real tem o pior índice do Sul Fluminense, ocupando a 58º posição entre as 91 cidades do Rio. A maioria da mão de obra das indústrias de Porto Real é de outros municípios por falta de capacitação profissional local. Segundo Oliveira (2005) a política fiscal instituída pelo estado e as isenções municipais influenciaram na atração de empresas para os municípios da região.

Uma escola francesa (Escola Peugeot-Citröen) foi criada na região para atender as crianças das famílias francesas instaladas na região. Se considerarmos a forte presença de empresas francesas na região, poderemos ter aí um igualmente forte argumento para a oferta deste idioma na rede pública. Esta medida corresponde à proposta de Wolton (2006) segundo a qual a francofonia deve aumentar sua base popular, e que um dos mecanismos para que isso ocorra é estabelecendo-se parcerias entre as empresas francesas no exterior e a sociedade civil. Wolton (2006, p.103) afirma que a diversidade cultural em economia não diz respeito apenas às indústrias culturais, ela concerne também as grandes empresas.

Em relação ao ensino de línguas no município, o Secretário Municipal de Resende² nos informou que a única língua oferecida atualmente no município era o inglês. Contudo, de acordo com a Lei Federal 3.987, de 2000, preconizando o ensino obrigatório do espanhol para o ensino médio e optativo para a 5ª e 8ª série, o município estava se preparando para oferecer o ensino desta língua partir de 2007, primeiramente na única escola municipal de ensino médio de Resende (Escola Getúlio Vargas) e, progressivamente “na medida do possível”, nas demais escolas do município.

² Em Resende, a secretaria que se ocupa da educação denomina-se Secretária de Desenvolvimento Humano e Fraternidade,

5.7

Macaé: a capital da indústria do petróleo

Macaé possui uma área total de 1.215,904 km², uma população de 160 mil habitantes e é uma cidade economicamente importante tanto para o estado quanto para o próprio país devido à Bacia de Campos, até então, o maior campo petrolífero do Brasil, responsável por 80% da extração nacional de petróleo. Desde a década de 70, quando a Petrobras escolheu Macaé para sediar sua sede na Bacia de Campos, a cidade teve um crescimento significativo. Isto fez com que muitas empresas se instalassem na região e a população foi multiplicada por três - hoje são quase 200 mil habitantes. Surgiram hotéis de luxo e uma série de empreendimentos do setor de serviços, principalmente no ramo de restaurantes. O município tem a maior taxa de criação de novos postos de trabalho do interior do estado, de acordo com pesquisa feita pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan): 13,2% ao ano. A economia da cidade cresceu 600% desde 1997. De acordo com dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita da cidade é de R\$ 11 mil por ano, 30% maior do que a média nacional.

Macaé é o núcleo da Região Norte Fluminense, fazendo parte da área mais impactada pelas atividades extrativistas de petróleo e gás no estado (Oliveira, 2003). Neste município e no município vizinho de Campos se concentra atualmente a maior parte da força de trabalho empregada formalmente. Oliveira (op.cit) ressalta que estes dois municípios mais importantes da região basearam, historicamente, suas economias na produção sucro-alcooleira. O reflexo político dessa base econômica podia ser observado na influência hegemônica dos usineiros.

A mudança do paradigma econômico teve reflexos na vida política e científica da região. Para o desenvolvimento de pesquisa foi criada na região

a Universidade do Norte Fluminense (UNF) para a qual foram contratados inicialmente pesquisadores estrangeiros e de outras regiões do Brasil. Para a formação técnica, Macaé abriga uma unidade do CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) que oferece cursos ligados às atividades do petróleo. Outras universidades públicas e privadas também mantêm campi na região.

No entanto, mesmo inserido na dinâmica da globalização, o município ainda não traduziu o desenvolvimento econômico em desenvolvimento social. Em um artigo publicado no jornal A Folha de São Paulo ³, o jornalista Gilberto Dimeisntein aponta que em razão da baixa qualificação da mão de obra local os empregos gerados são ocupados por profissionais de outros municípios. Ele chama a atenção para o baixo desempenho das escolas públicas de Macaé ⁴, e o a defasagem entre a arrecadação e o investimento em educação: o município arrecada 715.575 milhões e investe 118.046 milhões em educação. Dimeinstein acrescenta:

Nessa aula de incompetência de Macaé há pelo menos duas dicas especialmente valiosas em período eleitoral: 1) quanto mais as cidades se organizarem como comunidades de aprendizagem, mais chance haverá de se produzir riqueza e distribuí-la melhor; 2) quanto mais essa organização partir do nível local -a começar da prefeitura- , maior eficiência se conseguirá. Se entendermos Macaé, entendemos por que o Brasil, tão rico, consegue gerar tanta pobreza.

³ “Como dar aula de incompetência”, artigo publicado na FSP em 25/07/06.

⁴ Ranking Prova Brasil - 598º lugar a nível nacional nas 4º séries e 944º lugar nas 8º séries em português; 754º lugar nas 4º séries e 1000º lugar nas 8º séries em matemática.

5.7.1

Ensino de línguas em Macaé

O mesmo fenômeno observado no município do Rio em relação às escolas bilíngües também pode ser observado, ainda que em uma escala menor, no município de Macaé. A escola bilíngüe canadense ATIVO - a Global School⁵, instalada no município desde 1999, anuncia:

Many international companies in the field of petroleum have invested millions of dollars in Macaé. For years, these organizations have sought to support their international staff by providing the necessary resources to educate their children. Options have been limited and parents have found themselves at a loss in regards to school choices.

Quanto aos cursos de idiomas, a Aliança Francesa abriu uma unidade no município em 2004⁶; e observamos uma grande oferta de uma enorme quantidade de cursos de inglês, desde os mais tradicionais (Cultura Inglesa, CNA, Brasas, etc) até cursos menos conhecidos e aulas particulares

Ao questionarmos o secretário de educação de Macaé sobre a oferta de línguas estrangeiras oferecidas nas escolas do município obtivemos como resposta a informação de que o município oferece o espanhol e o inglês como línguas estrangeiras. De acordo com a Subsecretária de Educação, o município está fazendo um estudo em parceria com a Faculdade de Ciências e Letras de Macaé- FAFIMA- visando à implementação de uma escola de idiomas. No entanto, o projeto prevê inicialmente o ensino apenas do inglês e do espanhol visando preparar mão-de-obra bilíngüe para atuar no setor petrolífero e de turismo.

⁵Endereço: Rua João B. da S. Lessa, 245 - Bairro da Glória - Macaé – RJ
CEP: 27933-160. Esta escola é uma franquia do grupo canadense Maple Bear Canadian.

⁶ Endereço: Rua Nicomedes de Souza Ribeiro, 324 - Costa do Sol - 27923-390 - MACAÉ - RJ Tel/fax : (22) 2772 1809 E-mail: afmacae@terra.com

Nos três municípios tratados neste estudo, que são centros das regiões nas quais se localizam, observamos que a questão de ensino de línguas não é tratada como uma política pública como talvez devesse ser abordada (Grim, 2005). Os municípios de Resende, e sobretudo o de Macaé, repetem os mesmos percursos da tradição de uma formação lingüística em línguas estrangeiras para uma elite.

A oferta de ensino parece engessada pela falta de recursos, pelas leis federais e por uma ausência de reflexão e de propostas alternativas. Uma das possíveis áreas de participação do setor privado poderia ser o da formação lingüística. De acordo com dados do IPEA, o número de empresas brasileiras que investem em ações sociais aumentou nos últimos anos, mas a contribuição delas diminuiu. Em 2000, 465 mil companhias do país mantinham voluntariamente atuação social, com contribuições equivalentes a 0,43% do PIB (Produto Interno Bruto). Em 2004, a quantidade de empresas com trabalho nessa área aumentou dez pontos percentuais (para 600 mil, ou 69% do total de empresas no país), mas o montante por elas investido representou R\$ 4,7 bilhões (0,27% do PIB).

Esta pesquisa destacou que 52% e 41% das empresas desenvolveram ações de alimentação e assistência social, respectivamente. O estudo revela, ainda, que a principal forma de atuação empresarial não é direta: 54% das empresas declararam ter doado dinheiro para pessoas ou comunidades carentes, enquanto 67% destinam verbas para entidades que executam projetos sociais. Apenas 3% empreendem iniciativas próprias.

Como consequência dessa postura diante do ensino de línguas que perdura ao longo da história do desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro temos, mesmo no meio universitário, um público com limitados conhecimentos lingüísticos, como veremos no próximo capítulo.